



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI**

Instituição Particular de Solidariedade Social

# **DEMONSTRAÇÕES**

## **FINANCEIRAS**

**2016**



# **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI**

Instituição Particular de Solidariedade Social

*Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016*

(montantes expressos em euros)

## **1-IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

A SANTA CASA DA MISERICORDIA DE VILA DE REI é uma Instituição de Solidariedade Social, fundada no ano de 1581, com sede no Bairro de Santo António, 6110-217, VILA DE REI, e tem o objetivo de satisfazer carências sociais, desenvolvendo as seguintes respostas sociais: Creche, Pré-Escolar, Centro de Atividades Ocupacionais, Lar de Idosos, Apoio Domiciliário, Cantinas Sociais, Rede Cuidados Continuados e praticar atos de culto católico como atividade principal.

O fundo patrimonial é representado com valor nominal inicial de 10.215,01€.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa, na reunião de 24 de Março de 2017. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia de Irmãos, nos termos dos Estatutos da Santa Casa em vigor.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Entidade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

## **2-REFERÊNCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2.1 -As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da instituição e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 09 de Março (Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo), Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março (Modelos de Demonstrações Financeiras), Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março (Código de Contas), Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para SNL), Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho – SNC, alterado pelo aviso 8256/2015.

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.



# **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI**

**Instituição Particular de Solidariedade Social**

Rox  
Rif  
Gaut.  
AB

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

2.4 - Efeitos futuros das alterações ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

O Sistema de Normalização Contabilística foi alterado em 29 de julho de 2015, com a publicação do Aviso n.º 8256/2015, com aplicação ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2016, o qual, originou efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Entidade.

### **3 -PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 -Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1 -Pressuposto da Continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2 -Pressuposto do Acréscimo

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3 -Consistência de Apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4 -Materialidade e Agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente,



# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

## Instituição Particular de Solidariedade Social

influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grande número de Transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos Fundos Patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

### 3.1.5 -Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o crédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram crédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

### 3.1.6 -Informação Comparativa

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

Rose  
A. J.  
Sant.  
AB



# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

## Instituição Particular de Solidariedade Social

### 3.2 -POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

#### 3.2.1 - Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer. Os ativos fixos tangíveis são apresentados no balanço pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As depreciações são calculadas e registadas, pelo método das quotas constantes, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, para os ativos fixos tangíveis anteriores a entrada do normativo, as taxas são as definidas na portaria 173/89 de 3 de Março (específicas para as IPSS), para os bens com data de aquisição posteriores a esta, são as taxas do Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<b>Classe de Bens</b>	<b>Vida útil esperada</b>
Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento Básico	4 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 10 anos

O ganho resultante da alienação de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o valor do montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

#### 3.2.2 - Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

Rosa  
Gaut.  
CRB.



# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

## Instituição Particular de Solidariedade Social

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de Bens	Vida útil esperada
Programas de Computado	3 Anos

### 3.2.3 - Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

Rosa  
Danf.  
Q3.





# **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI**

## **Instituição Particular de Solidariedade Social**

*Rosa*  
*[Signature]*  
*Gauf.*  
*93-*  
*[Signature]*

### 3.2.4 – Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital ou ambos, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo (que inclui custos de transação). Subsequentemente, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com modelo do custo.

Os ativos da Instituição que se qualificam como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até ao momento em que o ativo se qualifica como propriedade de investimento, o mesmo ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção. A partir desse momento, esses ativos passam a ser contabilizados com base no correspondente justo valor. A diferença entre o justo valor e o custo (de aquisição ou produção) nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica de “Ganhos/Perdas por aumentos de justo valor”.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”, estas não foram avaliadas no exercício de 2016.

### 3.2.5 - Imposto Sobre o Rendimento

O imposto corrente a baseado no lucro tributável do período, é nulo, uma vez que o lucro está isento, pois as operações são isentas de IRC.

### 3.2.6 - Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o preço de compra e outros impostos (que não sejam os posteriormente recuperáveis das entidades fiscais pela entidade) e custos de transporte, manuseamento e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de bens acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes deduzem-se na determinação dos custos de compra. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar o seu consumo. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por



# **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI**

## **Instituição Particular de Solidariedade Social**

imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de ajustamentos em inventários”.

O método de custeio dos inventários adotado pela instituição consiste no custo médio.

### 3.2.7 – Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo.

### 3.2.8 - Reconhecimento do Rédito

O rédito compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo.

### 3.2.9 - Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática proporcionalmente às amortizações dos ativos.

### 3.2.10 - Provisões

As provisões são registadas quando a Instituição tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Rose  
[Handwritten signatures and initials]





# **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI**

## **Instituição Particular de Solidariedade Social**

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.2.11 -Locação Financeira

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

### 3.2.12 - Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a, construção do Centro Geriátrico são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso a obra necessária para preparar o ativo para o seu uso pretendido. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido. Adicionalmente, a capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido. Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Rose  
Prof.  
Prof.  
93



# **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI**

## **Instituição Particular de Solidariedade Social**

Rosa  
H.P.  
Paula  
R.B.

### 3.3 -Acontecimento Subsequentes e Principais Pressupostos Relativos ao Futuro

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

### 3.4 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

#### 3.4.1 Provisões e Ajustamentos aos valores dos ativos

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### 3.4.2 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Entidade, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Entidade.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Mesa Administrativa no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de



# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

## Instituição Particular de Solidariedade Social

imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

### 3.4.3 Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

As vidas úteis utilizadas no cálculo das amortizações económicas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis foram as constantes do Decreto Regulamentar 25/2009. A Mesa Administrativa considera que estas são as que melhor se adequam ao padrão de consumo dos futuros benefícios económicos incorporados nos ativos através do seu uso.

## 4 - FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes detalha-se conforme se segue:

	2016	2015
Numerário	2 648,15	3 080,01
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	527 777,18	490 284,68
Aplicações de tesouraria	97 000,00	400 000,00
	<u>627 425,33</u>	<u>893 364,69</u>
	<u>627 425,33</u>	<u>893 364,69</u>

A rubrica Depósitos Bancários inclui o montante de 59.893,89€ em 2016 e 46.420,60€ em 2015, que não se encontra disponível para uso da Instituição, em resultado destes montantes pertencerem a utentes que delegam na Instituição a gestão dos seus fundos.

Rose  
Hyl  
Jant.  
9B.



# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

## 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31-12-2016 e em 31-12-2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade foi o seguinte:

	2016						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administr.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso
							Total
<b>Ativos</b>							
Saldo inicial	312 170,79	5 194 088,73	849 323,34	241 380,35	180 896,39	303 280,83	7 828 181,88
Aquisições		2 220,70	18 143,23	29 743,65	1 963,70	1 873,73	1 689 927,81
Alienações							
Abate		20 360,17					(62 500,00)
Transferências							(20 360,17)
Saldo final	312 170,79	5 216 669,60	867 466,57	271 124,00	182 860,09	305 154,56	2 300 164,08
							9 455 609,69
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>							
Saldo inicial		1 398 631,66	803 748,19	236 614,53	130 238,25	280 811,42	2 850 044,05
Amortizações do exercício		122 179,62	25 183,46	10 516,41	9 021,13	4 421,75	171 322,37
Alienações							
Abates							
Saldo final		1 520 811,28	828 931,65	247 130,94	139 259,38	285 233,17	3 021 366,42
<b>Ativos líquidos</b>	312 170,79	3 695 858,32	38 534,92	23 993,06	43 600,71	19 921,39	6 434 243,27



# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

2 015

Rosa  
D.S. R.R.  
Gaut.

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administr.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo inicial	312 170,79	5 070 728,78	825 100,25	237 280,35	175 395,83	291 513,84	104 004,90	7 016 194,74
Aquisições		7 220,74	24 223,09	4 100,00	5 500,56	11 766,99	768 456,73	841 268,11
Alienações								
Abates		(29 280,97)					(145 420,18)	(29 280,97)
Transferências		145 420,18						
Saldo final	312 170,79	5 194 068,73	849 323,34	241 380,35	180 896,39	303 280,83	747 041,45	7 828 181,88
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo inicial		1 279 545,67	744 139,28	229 643,31	120 562,40	274 377,32	-	2 648 267,98
Amortizações do exercício		122 014,09	59 608,91	6 971,22	9 675,85	6 434,10	-	204 704,17
Alienações								
Abates		(2 928,10)						(2 928,10)
Saldo final		1 398 631,66	803 748,19	236 614,53	130 238,25	280 811,42	-	2 850 044,05
<b>Ativos líquidos</b>	312 170,79	3 795 457,07	45 575,15	4 765,82	50 658,14	22 469,41	747 041,45	4 978 137,83



# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

Montante e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural

2016

	Edifícios e outras construções	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<b>Ativos</b>			
Saldo inicial	247225,00	11688,00	258913,00
Saldo final	247225,00	11688,00	258913,00
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>			
Saldo inicial	41110,20	11688,00	52798,20
Amortização do Exercício	4848,90	0,00	4848,90
Saldo final	45959,10	11688,00	57647,10
<b>Ativos líquidos</b>	201265,90	0,00	201265,90

*Handwritten signatures and initials:*  
Rosa  
R.S.  
H.P.  
Sant.





# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

2015

Rosa  
A.B.  
Gouveia

	Edifícios e outras construções	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<b>Ativos</b>			
Saldo inicial			
Transferências	247.225	11.688	258.913
Saldo final	247.225	11.688	258.913
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>			
Saldo inicial	36.261,30	11.688,00	47.949,30
Transferências	4.848,90		4.848,90
Amortização do Exercício	41.110,20	11.688,00	52.798,20
Saldo final	206.114,80	0,00	206.114,80
<b>Ativos líquidos</b>			



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

Em 31-12-2016 e em 31-12-2015, a Instituição tinha os seguintes ativos tangíveis afetados por restrições de titularidade:

Ativo	Quantia escriturada	Passivo associado	Valor do Passivo 2016	Valor do Passivo 2015	Garantia
Edifício da UCC	2 846 664,59	Empréstimo NB	811 497,55	909 860,89	Hipoteca sob imóvel
Edifício Lar 1	456 154,75	Empréstimo CGD	193 862,17	344 292,84	Hipoteca sob imóvel
Edifício Centro Geriátrico	1 372,29	Empréstimo CGD	1 000 000,00	574 818,33	Hipoteca sob imóvel

### 6 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31.12.2016 e em 31.12.2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, foi o seguinte:

	2016		
	Propriedades de investimento		
	Arrendadas	Para venda	Total
Saldo inicial - quantia bruta			70 323
Adições			9 264
Saldo final - quantia bruta	43 927	26 396	70 323
			9 264
Aquisições			-
Saldo final - quantia bruta	43 927	26 396	79 587
			9 264
Saldo final - quantia escriturada líquida	43 927	26 396	79 587



# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

*Rosa*  
*G.B. M.P.*  
*Quint.*

	2015		
	Propriedades de investimento		
	Para venda	Em desenvolvimento	Total
Saldo inicial - quantia bruta	43 927	26 396	70 323
Saldo final - quantia bruta	43 927	26 396	70 323
Saldo final - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	-	-	-
Saldo final - quantia escriturada líquida	43 927	26 396	70 323





# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

*Handwritten signatures and initials:*  
A. P. Rosa  
Lout.  
AM

## 7 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31.12.2016 e em 31.12.2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, foi o seguinte:

2016		
	Programas computador	Total
<b>Ativos</b>		
Saldo inicial	7 750,90	7 750,90
Aquisições	891,75	891,75
Saldo final	8 642,65	8 642,65
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>		
Saldo inicial	7 750,90	7 750,90
Amortizações do exercício	-	-
Saldo final	7 750,90	7 750,90
<b>Ativos líquidos</b>	<b>891,75</b>	<b>891,75</b>
2015		
	Programas computador	Total
<b>Ativos</b>		
Saldo inicial	7 750,90	7 750,90
Aquisições	-	-
Saldo final	7 750,90	7 750,90
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>		
Saldo inicial	6 410,85	6 410,85
Amortizações do exercício	1 340,05	1 340,05
Saldo final	7 750,90	7 750,90
<b>Ativos líquidos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>



# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

*Handwritten signature and notes:*  
A.P. Rosa  
A.P. Rosa  
A.P. Rosa

## 8 - LOCAÇÕES

Locações financeiras

Em 31.12.2015 e 31.12.2014 a instituição é locatária em contratos de locação financeira relacionados com painéis solares, os quais se encontram denominados em euros.

Os bens detidos em regime de locação financeira são detalhados conforme se segue:

	2016		2015	
	Custo	Amortiz./ perdas imp. acumuladas	Montante líquido	Montante líquido
Outros ativos tangíveis	128.232,16	128.232,16	-	-
	128.232,16	128.232,16	-	-

Os pagamentos mínimos das locações financeiras em 2016 e 2015, são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos	
	2016	2015
Até 1 ano	10.560	10.566
Entre 1 ano e 5 anos	18.580	29.501
A mais de 5 anos	0	0
Total	29.140	40.067

Locações operacionais – Locador

Em 31.12.2016 a Instituição é locadora em contratos de locação operacional relacionados com prédios arrendados, os quais se encontram denominados em euros.

O rendimento relacionado com locações operacionais é o indicado na Nota 6 – Propriedades de Investimento.





# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

*Handwritten signature and initials: "Gaut. Roxo" and "A2"*

## 9 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Órgão de Gestão da Entidade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 2016.

Não existem gastos com imposto sobre o rendimento em 31.12.2016 e 31.12.2015.

## 10 - INVENTÁRIOS

Em 31-12-2016 e em 31-12-2015, os inventários da Entidade são detalhados conforme se segue:

Descrição	31-12-2016		31-12-2015	
	Qtas Brutas	Qtas Líquidas	Qtas Brutas	Qtas Líquidas
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	48 069,36	48 069,36	43 974,34	43 974,34
Produtos e trabalhos em curso		0,00		0,00
<b>Total:</b>	<b>48 069,36</b>	<b>48 069,36</b>	<b>43 974,34</b>	<b>43 974,34</b>

O apuramento das mercadorias vendidas e das matérias consumidas/produção foi como se segue:

QTA DE INVENTÁRIOS RECONHECIDAS COMO GASTOS DURANTE O PERÍODO						
Descrição	31-12-2016			31-12-2015		
	Mercadorias	Matérias-primas Consumo	Total	Mercadorias	Matérias-primas Consumo	Total
Inventário Inicial:	0,00	43 974,34	43 974,34	0,00	45 022,30	45 022,30
Compras	0,00	549 230,00	549 230,00	0,00	546 430,56	546 430,56
Regularizações	0	0	0,00	0	0	0,00
Inventário Final	0,00	48 069,36	48 069,36	0,00	43 974,34	43 974,34
<b>C.M.V.M.C.</b>	<b>0,00</b>	<b>545 134,98</b>	<b>545 134,98</b>	<b>0,00</b>	<b>547 478,52</b>	<b>547 478,52</b>



# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

*Handwritten signatures and initials:*  
Rafael  
Haut.  
ZMB

## 11 – ATIVOS FINANCEIROS

Não Correntes

Em 31.12.2016 e 31.12.2015 a rubrica de Investimentos Financeiros apresentava o saldo de 8.092,18 e 4.181,05€, conforme tabela:

	2016	2015
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Sertã	705	705
Fundo de Compensação do Trabalho	7 387	3 476
	<u>8 092</u>	<u>4 181</u>

Correntes

Clientes

Em 31.12.2016 e 31.12.2015 a rubrica de clientes apresentava a seguinte decomposição:

CLIENTES	2016			2015		
	Conta Corrente	Imparidade	Valor Líquido	Conta Corrente	Imparidade	Valor Líquido
UTENTES LAR/CRECHE/APOIO	73 255,03	39 421,45	33 833,58	53 074,87	28 479,69	24 595,18
Utentes UCC	53 201,11	25 565,31	27 635,80	55 606,98	15 401,98	40 205,00
CENTRO DIST.SEGURANÇA SOCIAL	56 745,73		56 745,73	59 998,64		59 998,64
ARS CENTRO	363 498,55		363 498,55	369 490,65		369 490,65
MUNICIPIO DE VILA DE REI	4 684,57		4 684,57	3 487,38		3 487,38
IASFA	6 097,50		6 097,50	0,00		0,00
OUTROS	10 139,97		10 139,97	8 475,72		8 475,72
Total	567 622,46	64 986,76	502 635,70	550 134,24	43 881,67	506 252,57

Estado

Descrição	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	3,45	15 160,59		11 481,59
Imposto sobre o valor acrescentado	143 201,09	67 046,54	64 830,48	76 636,08
Contribuições para a Segurança Social		46 564,84		44 969,29
Outras Contribuições		544,20		339,68
Total	143 204,54	129 316,17	64 830,48	133 426,64





# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

Handwritten signatures and initials: "H. F. G. B.", "Rosa", and "G. F. B."

## I3 - PASSIVOS FINANCEIROS

Financiamentos Obtidos

	2016		2015		Tipo de amortização
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	
<b>Instituições financeiras:</b>					
Empréstimos bancários:					
Empréstimo nº 0912001922291	154 653,39	39 208,78	158 716,75	185 576,09	Renda Constante
Empréstimo nº 770033000	98 363,32	713 134,23	98 363,32	811 497,57	Capital Constante
Empréstimo nº 0912_002002010_251	23 616,74	502 699,26	-	526 316,00	Capital Constante
Empréstimo nº 0912_002002011_251	21 255,08	452 428,92	-	48 502,33	Capital Constante
	297 888,53	1 707 471,19	257 080,07	1 571 891,99	
Outros empréstimos obtidos:					
Leasing nº 183678	10 560,98	18 579,87	10 560,98	29 500,99	Renda variável
...					
	10 560,98	18 579,87	10 560,98	29 500,99	
	308 449,51	1 726 051,06	267 641,05	1 601 392,98	
<b>Total instituições financeiras</b>	<b>308 449,51</b>	<b>1 726 051,06</b>	<b>267 641,05</b>	<b>1 601 392,98</b>	
<b>Garantias Prestadas</b>					
Hipoteca de 1.500.000,00 € sob imóvel e livrança subscrita pela Santa Casa					
Hipoteca de 900.000,00 € sob imóvel a Caixa Geral de Depósitos					
Hipoteca de 1.000.000,00 € sob imóvel a Caixa Geral de Depósitos					



# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

*Handwritten notes:*  
Rep. 9/3  
Gaut.  
2020

## Fornecedores

Denominação	2016	2015
<b>Total Fornecedores</b>	<b>193 636,48 €</b>	<b>186 489,77 €</b>
Casa Roque - Cardoso & Pires, Lda.	14 821,12 €	9 076,18 €
EDP - COMERCIAL	13 729,38 €	8 973,45 €
SCA HYGIENE PRODUCTS, LDA	12 933,83 €	6 171,74 €
SAS TI - SOLUÇÕES PARA TECN. DE INFORMAÇÃO, UNIP.	12 634,48 €	9 873,17 €
FRIJOBEL - Indústria e Comércio Alimentar, S.A.	9 730,47 €	13 808,93 €
José Fernando Correia - Armazenista de Fruta e Pro	6 894,74 €	6 775,48 €
Manuel Martins - Serviços de Engenharia, Lda	6 608,67 €	4 943,48 €
Kaptain Higiene Global, Lda	5 720,37 €	3 300,30 €
SERRAGEL - Produtos Alimentares, Lda.	5 530,44 €	4 112,38 €
Repsol Gás Portugal S.A.	5 020,35 €	8 465,59 €
Alliance Healthcare, S.A.	4 120,23 €	8 825,27 €
Nuclimune - Climatização Unipessoal, Lda	3 259,57 €	- €
ArtiFofó - Equipamentos Hospitalares e Farmacêutico	3 188,83 €	5 773,93 €
Gêmeos Laranjeira - Construções, Lda.	3 130,00 €	- €
Padaria Vicente, Lda.	2 741,86 €	2 625,99 €
Tabela Indispensável	2 652,74 €	- €
Sóprei, C.R.L.	2 512,97 €	2 350,40 €
João Augusto Pereira Serras - Comércio de Pneus e	2 428,00 €	2 078,00 €
Frutas do Bonjardim, Lda.	2 386,77 €	949,52 €
Alsaúde - Serviços Médicos, Lda	2 340,00 €	2 160,00 €
Aviário Tavares	2 169,17 €	1 999,56 €
José Simões Carvalho, Lda	2 160,00 €	2 160,00 €
Praxair Portugal Gases, S. A.	2 155,33 €	2 096,06 €
Estrela da Beira	2 143,11 €	4 044,71 €
O Vício da Casa - Eduporcelanas,S.A.	2 072,57 €	- €
Rui Jorge Carreira	2 059,02 €	- €
Outros	<b>58 492,46 €</b>	<b>75 925,63 €</b>

## Outras contas a pagar

Outras Dividas a Pagar	2016	2015
<b>Passivo não Corrente</b>		
SCM Lisboa	1 255 121,57	307 364,12
<b>Total</b>	<b>1 255 121,57</b>	<b>307 364,12</b>
<b>Passivo Corrente</b>		
Remunerações a pagar	325 030,50	313 921,76
Honorários Carlos Nunes	27 454,96	24 084,56
Cofre utentes	58 667,27	42 256,94
Outros	1 240,32	900,25
Outros Credores por acréscimos Gastos	4 173,26	3 585,14
Fornecedores de Investimentos	265 826,51	207 514,30
<b>Total</b>	<b>682 392,82</b>	<b>592 262,95</b>

(\*) Este valor refere-se ao montante recebido da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, verba esta que terá de se devolver conforme cláusula quarta do Protocolo de Colaboração



# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

assinado em 13 de Agosto de 2013, e aprovado em Assembleia Geral em 26 de Setembro de 2013.

## Rendimentos a Reconhecer

Rédito a Reconhecer	2016	2015
Diferimento - Apartamentos	203 449,51	207 162,74
Outros Rendimentos- Gás	7 000,00	0,00
Total	210 449,51	207 162,74

*Handwritten notes and signatures:*  
R. G. M.  
G. F.  
R. G. M.  
R. G. M.





# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

*Handwritten signatures and initials:*  
R.P.  
Gant.  
G.B.  
Rolo

## 14 - RÉDITO

O rédito reconhecido pela Entidade em e em é detalhado conforme se segue:

QUANTIA DE CADA CATEGORIA SIGNIFICATIVA DE RÉDITO RECONHECIDA		
Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Vendas de bens	0,00	0,00
Prestação de serviços	2 808 146,78	2 756 592,54
Juros	1 906,09	4 252,01
<b>Total:</b>	<b>2 810 052,87</b>	<b>2 760 844,55</b>

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Trabalhos para a própria entidade	58 768,25	52 334,54
<b>Total:</b>	<b>58 768,25</b>	<b>52 334,54</b>

A rubrica de trabalhos para a própria entidade, foram reconhecidos em obras em curso do Centro Geriátrico.

## 15 - SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Os registos dos subsídios ocorreram conforme segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
<b>Subsídios do Estado e outros entes públicos</b>	<b>795 989,90</b>	<b>738 970,93</b>
ISS, IP - Centro Distrital	795 989,90	738 970,93
<b>Subsídios de outras entidades</b>	<b>28 183,32</b>	<b>70 589,48</b>
IEFP	26 334,41	58 311,84
Subsídio de Funeral	1 709,91	842,69
Subsídio da Autarquia	139,00	11 434,95
Doações e heranças	41 267,65	45 123,10
<b>Subsídios, doações e legados à exploração</b>	<b>865 440,87</b>	<b>854 683,51</b>



# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

## 16 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos tem no exercício de 2016 e 2015 a seguinte composição:

*Handwritten signatures and initials:*  
Rafael  
Rosa  
Rafael  
Rafael

### FORNECIMENTOS E SERVIÇOS TERCEIROS

Descrição	31-12-2015	31-12-2015
Subcontratos	3349,61	4831,86
<b>Serviços especializados</b>	<b>194638,86</b>	<b>162694,37</b>
Trabalhos especializados	109144,06	91448,65
Publicidade e propaganda	775,52	279,83
Vigilância e segurança	262,8	1051,2
Honorários	33866,95	8770
Conservação e reparação	49753,25	57645,87
Outros Serviços	836,28	3498,82
<b>Material</b>	<b>56674,53</b>	<b>27823,92</b>
Ferramentas	40682,93	17884,17
Livros e Documentos técnica	0	0
Material de escritório	13663,82	6874,65
Artigos para oferta	732,88	465,28
Outros Materiais	1594,9	2599,82
<b>Energia e fluidos</b>	<b>198025,79</b>	<b>175697,95</b>
Eletricidade	113229,95	88550,39
Combustíveis	73010,8	74697,15
Água	11785,04	12450,41
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>5370,64</b>	<b>10170,13</b>
Deslocações e estadas	1653,72	2934,02
Transporte de mercadorias	2812,87	2814,26
Outros	904,05	4421,85
<b>Serviços diversos</b>	<b>34027,61</b>	<b>26812,1</b>
Rendas e Alugueres	0	1291,5
Comunicação	10551,89	11246,17
Seguros	11880,43	13135,94
Contencioso e notariado	417	512,5
Outros serviços	11178,29	625,99
<b>Total</b>	<b>492087,04</b>	<b>408030,33</b>



# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

*Handwritten signatures and initials:*  
Raf. Rosa  
Rosa  
R.B.

## 17 – GASTOS COM O PESSOAL

Gastos com o Pessoal

Os gastos reconhecidos no exercício com gastos com o pessoal e órgãos diretivos discriminam-se como se segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Remunerações dos Órgãos sociais	3156,26	2340,72
Remunerações do pessoal	1 951 625,80	1 853 733,31
Indemnizações	5 516,14	0,00
Encargos sobre remunerações	408 200,09	398 920,96
Seguro acidente de trabalho e doenças profissionais	10 486,52	11 387,75
Outros gastos com o pessoal	6 568,95	8 400,63
<b>Gastos com o pessoal:</b>	<b>2 385 553,76</b>	<b>2 274 783,37</b>

Quadro de Pessoal

A Instituição tinha em média ao serviço 2016, 201 colaboradores e em 2015, 194 colaboradores.

Corpos Gerentes

Os Corpos Gerentes da Instituição são Compostos por 21 Elementos, eleitos para o Triénio 2014-2016, não sofreram alteração nos exercícios de 2015 e 2016.

Os Corpos Gerentes não auferem nenhum tipo de remuneração, expeto as deslocações ao serviço da Instituição.

Beneficiários

	Nº Utentes	
	2016	2015
Lar	109	110
Apoio	68	68
Creche e Jardim de Infância	35	30
UCC	68	68
Cantina Social	22	32
Total	302	308



# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

*[Handwritten signature]*  
Rosa  
Sant.  
2017

## 18 – AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

Descrição	2016	2015
Edifícios e Outras Construções	122 179,62	122 014,09
Bens do património histórico e artístico e cultural	4 848,90	4 848,90
Equipamento Básico	25 183,46	59 608,91
Equipamento Transporte	10 516,41	6 971,22
Equipamento Administrativo	9 021,13	9 675,85
Outros ativos fixos tangíveis	4 421,75	6 434,10
Programa de Informática	0,00	1 340,05
<b>Total</b>	<b>176 171,27</b>	<b>210 893,12</b>

## 19– OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos tem no exercício de 2016 e 2015 a seguinte composição:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Rendimentos suplementares	13 380,89	27 648,22
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	7 808,64	0,00
Rendimentos nos restantes ativos não financeiros	16 448,89	1 312,93
Correções relativas a períodos anteriores	532,81	275,83
Imputação de subsídios para investimentos	18 798,77	78 134,68
Restituição de impostos	1 678,06	1 676,19
Outros não especificados	1 949,15	9 103,70
<b>Total</b>	<b>60 597,21</b>	<b>118 151,55</b>



# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

*Handwritten signatures and notes:*  
A. P.  
Genf. - Rato  
1993

## 20 – OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de Outros gastos e perdas tem no exercício de 2015 e 2014 a seguinte composição:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Gastos e Perdas em investimento	0,00	26 352,87
Correções relativas de períodos anteriores	65 089,32	9 773,53
Quotizações	4 780,00	2 780,00
Outros não especificados	168,93	16,01
<b>Total</b>	<b>70 038,25</b>	<b>38 922,41</b>

## 21 – GASTOS E RENDIMENTOS DE FINANCIAMENTO

Gastos e Perdas de Financiamento		
Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Juros suportados	39 641,39	53 288,29

## 22 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

### Passivos contingentes

Não existe qualquer valor reclamado, sendo que dessa forma não foram constituídas quaisquer provisões.

## 23 -DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Não existem dívidas em mora ao estado e à segurança social.



# **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI**

**Instituição Particular de Solidariedade Social**

## **24 – ACONTECIMENTOS APOS A DATA DO BALANÇO**

Após 31 de Dezembro de 2016 e até à presente data não foi registada a ocorrência de factos que possam afetar direta ou indiretamente as condições de equilíbrio económico e financeiro da empresa, ou que afetem de forma materialmente relevante as demonstrações financeiras e os resultados apresentados ou que mereçam ser divulgados.

Vila de Rei, 24 de Março de 2017

### **O Contabilista Certificado**

Rosa Martins

*Rosa Martins*

### **Os Representantes Legais**

*Maria Irene Barata*

Maria Irene Barata Joaquim

*Maria Celeste Rodrigues da Costa*

Maria Celeste Rodrigues da Costa

*Américo Bernardino*

Américo Bernardino

*António Barreiros da Silva*

António Barreiros da Silva

*Henrique Dias Santos Francisco*

Henrique Dias Santos Francisco



RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	5	6 434 243,27	4 978 138,33
Bens do Património Histórico e Cultural	5	212 953,90	217 802,30
Propriedades de investimento	6	79 586,69	70 322,84
Activos intangíveis	7	891,75	0,00
Investimentos Financeiros	11	8 092,18	4 181,05
		<b>6 735 767,79</b>	<b>5 270 444,52</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	10	48 069,36	43 974,34
Clientes	11	502 635,70	506 252,57
Adiantamentos a fornecedores		0,00	4 189,40
Estado e outros entes públicos	11	143 204,54	64 830,48
Fundadores/associados/membros	11	20 632,50	18 360,00
Outras ativos a receber	11	31 031,83	23 477,52
Diferimentos	12	48 972,69	40 129,28
Caixa e depósitos bancários	4	627 425,33	893 364,69
		<b>1 421 971,95</b>	<b>1 594 578,28</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>8 157 739,74</b>	<b>6 865 022,80</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
Fundos		10 215,01	10 215,01
Resultados transitados		2 326 322,54	2 105 987,96
Outras variações nos fundos patrimoniais		1 234 222,14	1 243 757,06
		<b>3 570 759,69</b>	<b>3 359 960,03</b>
Resultado líquido do período		65 122,42	220 334,58
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>3 635 882,11</b>	<b>3 580 294,61</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	13	1 726 051,06	1 601 392,98
Outras Contas a pagar	13	1 255 121,57	307 364,12
		<b>2 981 172,63</b>	<b>1 908 757,10</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	13	193 636,48	186 489,77
Estado e outros entes públicos	11	129 316,17	133 426,64
Financiamentos obtidos	13	324 890,02	255 934,75
Clientes Cobrança Duvidosa			
Diferimentos	14	210 449,51	207 162,74
Outras Contas a pagar	13	682 392,82	592 957,19
		<b>1 540 685,00</b>	<b>1 375 971,09</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>4 521 857,63</b>	<b>3 284 728,19</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>8 157 739,74</b>	<b>6 865 022,80</b>

CONTABILISTA CERTIFICADO

Rosa Martins

MESA ADMINISTRATIVA

*Isabel Saraiva*  
 Maria Celeste de Rodrigues da Silva

*Américo Bernardino*  
 Theodoro Dias Santos Branco

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE VILA DE REI  
 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA  
 PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2016

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	PERÍODO
		2016	2015
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimento de clientes		3 505 296,38	3 437 716,20
Pagamento a fornecedores		-1 113 537,99	-1 008 258,87
Pagamentos ao pessoal		-2 368 335,80	-2 240 308,68
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>23 422,59</b>	<b>189 148,65</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-139 811,31	298 039,70
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>-116 388,72</b>	<b>487 188,35</b>
<b>Fluxos de caixa das Actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		-1 358 582,94	-478 469,28
Activos intangíveis		-891,75	
Investimentos financeiros		8 535,29	
<b>Outros activos</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis		15 900,00	
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		1 906,09	4 240,26
Dividendos			
<b>Fluxos de Caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>-1 333 133,31</b>	<b>-474 229,02</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		535 181,74	569 236,33
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento		947 757,45	
<b>Outras operações de financiamento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-259 715,13	-260 435,77
Juros e gastos similares		-39 641,39	-52 355,97
<b>Dividendos</b>			
<b>Reduções de capital e de outros instrumentos de Capital próprio</b>			
<b>Outras operações de financiamento</b>			
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>1 183 582,67</b>	<b>256 444,59</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>-265 939,36</b>	<b>269 403,92</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	893 364,69	623 960,77
Caixa e seus equivalentes no fim do período		627 425,33	893 364,69

O CONTABILISTA CEFIFICADO

Rosa Martins

A MESA ADMINISTRATIVA

*Gene Barata*

*Paula Celeste Lef Rodrigues da Ste*

*Quimico Bernardino*

*Antonio Barreira*

*Arminda Dias Santos Fancin*

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE VILA DE REI  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PARA ESNL  
 PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2016

Data: 2016/12/31

Unidade Monetária (EUR)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	14	2 808 146,78	2 756 592,54
Subsídios à exploração	15	865 435,87	854 683,51
Trabalhos para a própria entidade	14	58 768,25	52 334,54
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-545 134,98	-547 478,52
Fornecimento e serviços externos	16	-492 087,04	-408 030,33
Gastos com o pessoal	17	-2 385 553,76	-2 276 843,30
Imparidade de Dívidas a receber ( Perdas/reversões)	13	-21 105,09	-30 223,62
Outros rendimentos e ganhos	19	60 597,21	118 151,55
Outros gastos e perdas	20	-70 038,25	-38 922,41
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>279 028,99</b>	<b>480 263,96</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	18	-176 171,27	-210 893,12
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>102 857,72</b>	<b>269 370,84</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	19	1 906,09	4 252,01
Juros e gastos similares suportados	21	-39 641,39	-53 288,27
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>65 122,42</b>	<b>220 334,58</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>65 122,42</b>	<b>220 334,58</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Rosa Martins

MESA ADMINISTRATIVA

Frederico Barata  
 Raia Celeste Lef Rodrigues da Silva  
~~Juliano Mendes~~  
 António Brás  
 Amélia Dias Santos Francisco